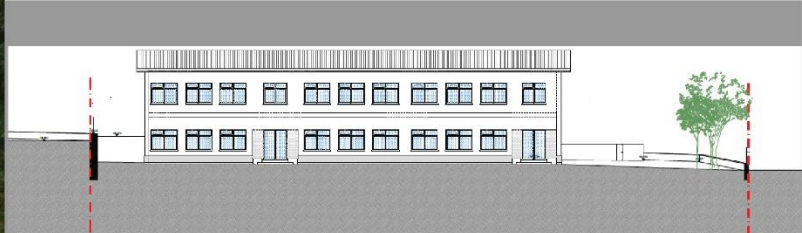
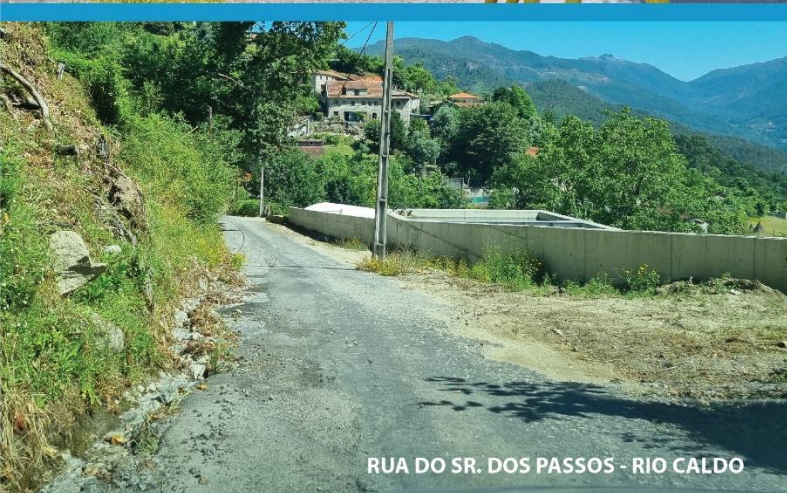




REQUALIFICAÇÃO DA EM 536 - 2ª FASE



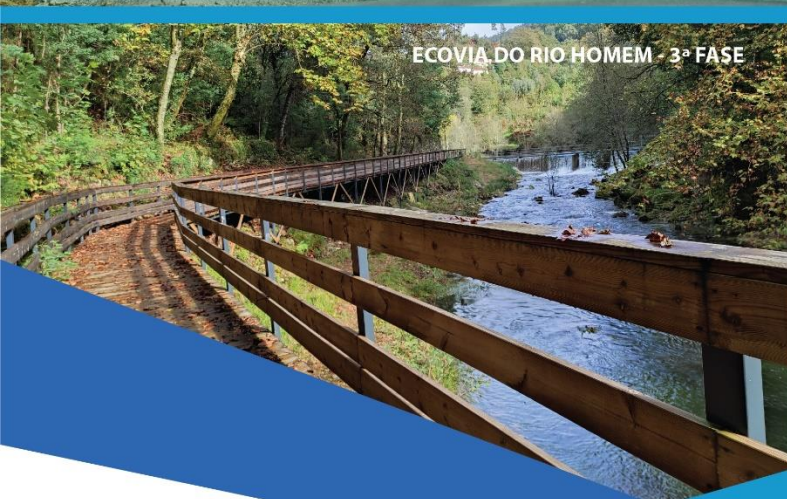
EXTENSÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE RIO CALDO



RUA DO SR. DOS PASSOS - RIO CALDO



UNIDADE DE CIRURGIA DE AMBULATÓRIO - MOIMENTA



ECOVIA DO RIO HOMEM - 3ª FASE



ARMAZÉM MUNICIPAL - BALANÇA



município
TERRAS DE BOURO

DOCUMENTOS PREVISIONAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

2025

Índice:

Relatório do Orçamento.....	3
1. Apresentação	3
2. Política Orçamental.....	18
2.1. Apresentação Geral do Orçamento	18
2.2. Grandes Opções do Plano (GOP).....	27
2.3. Apoio às Juntas de Freguesia	39
2.4. Notas finais	40
Anexos	41
Anexo.1 – Amortização média de empréstimos.....	41
Anexo.2 – Subsídios e protocolos - Receita	42
Anexo.3 – Encargos com empréstimos.....	44
Anexo.4 – Mapa plurianual de empréstimos.....	45
Anexo.5 – Entidades participadas.....	47
Anexo.6 – Responsabilidades contingentes	48
Encerramento.....	53

Relatório do Orçamento

1. Apresentação

Nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do artigo 25.º e da alínea c) do nº 1 do artigo 33.º, apresenta-se aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com o presente **Relatório, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de 2025**, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo do presente mandato autárquico.

Nos termos do novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, o SNC-AP, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, além do Orçamento Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, os documentos financeiros previsionais, a saber: o Balanço; a Demonstração de Resultados por Natureza e os Fluxos de Caixa.

Dando continuidade a um programa de trabalho que iniciamos e que é de grande responsabilidade, não podendo ser desviado daquele que é o caminho, sempre estreito, da administração e gestão autárquica, queremos, de forma segura, levar por diante as ações e as respostas que, estamos certos, corresponderão às aspirações de todos/as os/as que, aqui nasceram e escolheram a nossa terra para viver.

Os/as terrabourenses têm motivos e razões para continuar a acreditar que assim será, porque o caminho que foi e está a ser percorrido a todos dá essas garantias.

É evidente que os tempos conturbados que vivemos e que se apresentam mais exigentes e geradores de apreensão, tendo em conta os conflitos latentes e as guerras que se desenvolvem, quer na Ucrânia, quer no Médio Oriente, levam-nos a ter uma maior atenção pois, a continuarem, logicamente que, mais tarde ou mais cedo, irão refletir-se na Europa e, por conseguinte, no nosso País. Com este contexto internacional há uma dificuldade acrescida de se poder fazer uma previsão e assumir estratégias de programação económica e financeira de um Município, com a dimensão do nosso, o que se revela um exercício bem mais complexo.

Na verdade, as economias mais robustas do continente Europeu têm vindo a manifestar fragilidades, fazendo com que a inflação dispare e os preços dos bens e serviços aumentem exponencialmente, o que, logicamente se começa a refletir nas nossas vidas e na nossa gestão corrente.

Assistimos a um contínuo agravamento dos preços dos combustíveis que, naturalmente, ditam o aumento generalizado das despesas, o que, como é óbvio, faz aumentar a incerteza de toda a programação orçamental.

Apesar disso, este documento mantém uma estratégia e uma visão de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o turismo, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente e a **qualidade de vida**.

Apresentamos assim, para o Concelho de Terras de Bouro, de forma inequívoca, o nosso compromisso que, com o maior empenhamento, tudo faremos no sentido de captar e canalizar todos os recursos e sinergias disponíveis, tendo como principal objetivo dotar o nosso território das condições imprescindíveis a **uma vida melhor para todos/as**.

Desta forma, queremos manter o rumo traçado, pelo que, iremos trabalhar afincadamente para que, **honrando os nossos compromissos**, consigamos propiciar aos/às terrabourenses um maior entusiasmo e vontade de viver e, connosco, cooperem para o engrandecimento da nossa terra.

Pode, porventura, ter ficado pelo caminho algum projeto que nos propusemos realizar, mas, sem alijar responsabilidades, também teremos que referir que não foi por falta de vontade nossa, nem por falta de recursos financeiros que isso poderá ter ocorrido, mas, convém dizê-lo, foi porque, a montante ou a jusante da tramitação processual, algo concorreu nesse sentido.

Respondendo **àquelas que são as expectativas e justas aspirações dos/as munícipes**, as Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento para 2025 irão manter a abrangência necessária, o equilíbrio desejado e as **respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população**.

Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana são para manter e, se possível, reforçar.

No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, apesar de já ter sido percorrido um longo caminho, prosseguiremos com os trabalhos de recuperação e beneficiação das redes existentes e tudo faremos para que, particularmente na área do saneamento, se

consigam materializar as respostas, absolutamente necessárias, ao nível da rede em baixa e em alta, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem.

Nesta área, queremos dar conta que os projetos para a construção de novas ETARs na freguesia de Rio Caldo e na freguesia de Vilar da Veiga, já estão a ser preparados pela Empresa Águas do Norte.

A saúde, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo são áreas de relevada importância, às quais continuaremos a prestar a melhor atenção, disponibilizando os recursos necessários, seja na cooperação seja no apoio financeiro imprescindível.

No que diz respeito à área da **Saúde** e no âmbito do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – Descentralização das Competências da Saúde, o Município colocou como condições para esse ato que a obra de **requalificação do edifício da escola primária de Rio Caldo para Unidade de Saúde** fosse assumida pela ARSN (Administração Regional de Saúde do Norte) e que fossem colocados painéis fotovoltaicos nos edifícios de saúde.

Por e-mail de 3 de junho de 2022, o senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS Norte comunicou que *“no âmbito do PRR- Medida i1.08 - Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar eficiência energética (...) foi incluído um investimento de €500.000,00 (quinhentos mil Euros), ao qual acresce IVA, para a remodelação da Unidade de Saúde de Rio Caldo, a aplicar na Remodelação da Antiga Escola. Remeto, igualmente, mapa onde consta os painéis fotovoltaicos para as unidades de saúde do município que preside”*.

Foram, assim, satisfeitas as condições prévias e concretizada a assinatura do Auto de Transferência, que ocorreu a 6 de junho de 2022, com a presença da senhora Ministra da Saúde, Dr.ª Marta Temido.

A Câmara Municipal, através desta **Transferência de Competências**, passou a gerir o património edificado e áreas envolventes, bem como as viaturas e os recursos humanos com a categoria de assistente operacional.

Entretanto e com o AVISO nº 14/C01-i01/2023 foi aberta a candidatura para *“requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais”*, tendo o Município, aproveitado esta oportunidade e submetido a candidatura para as **novas instalações da Extensão de Saúde de Rio Caldo**.

Decorrido este tempo, mantemos os contactos para que o valor inicialmente atribuído possa ser reforçado, dado que, entretanto, aquele valor já se considera insuficiente para o volume de obra necessária.

Foi assinado um protocolo de cooperação com a Unidade de Saúde Local de Braga (ULS Braga), em que a Câmara Municipal disponibilizará as piscinas municipais da Vila de Terras de Bouro e do Gerês para **aulas de preparação para o parto em meio aquático**. As aulas de preparação para o parto em meio aquático visam promover a aquisição de conhecimentos e de estratégias facilitadoras para que grávida/ progenitores assumam um papel mais ativo e consciente na gravidez e no trabalho de parto.

Igualmente, foi estabelecido um protocolo de cooperação para **prestação de cuidados de saúde mental** pela ULS de Braga através de equipas multidisciplinares, nomeadamente das equipas comunitárias de saúde mental constituídas por profissionais com experiência em ambiente hospitalar e nos cuidados primários de saúde, procurando sinergias e complementaridade de cuidados.

Passado dia 20 de outubro, com a presença da Senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a ULS de Braga tendo em vista a criação de uma **Unidade de Cirurgia de Ambulatório “Bloco Operário”**, incluído cuidados de pré e de pós-operatório e respetivas áreas de apoio.

É intenção do Município continuar a pugnar pela criação de uma Unidade de Cuidados Continuados.

O Município de Terras de Bouro, consciente da importância da **Educação**, continuará a investir nessa área.

Tendo em vista a melhoria de condições dos estabelecimentos escolares, serão efetuadas candidaturas para as escolas de Rio Caldo e de Terras de Bouro, para realização de obras de requalificação dos edifícios.

O ano letivo de 2024/2025 foi preparado pela Direção do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), em estreita articulação e colaboração com o Município.

No que concerne aos transportes, o **Plano de Transporte Escolar** é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário. A sua implementação obedece a um conjunto de preceitos legais.

No ano letivo 2024/2025 a Transdev continuará a realizar os transportes escolares e a Câmara Municipal continuará a realizar alguns transportes especiais/complementares, de alguns locais com território mais montanhoso e perigoso, devidamente identificados pela Autarquia, fazendo a ligação de casa até à paragem, para aí entrarem no autocarro para o estabelecimento de ensino e educação.

O Município também realiza o transporte de alunos com necessidades educativas especiais, devidamente identificados pelo AETB, e que continuará a realizar.

As crianças do Ensino Pré-Escolar (EPE) continuarão a ser apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promove diretamente estas atividades ou celebra protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

A Câmara Municipal continuará a promover a componente de apoio à família (CAF) diariamente depois da componente curricular. Esta resposta tem resultado num extraordinário apoio às famílias das crianças do 1º Ciclo de ensino de ensino.

As crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico continuarão a ser apoiadas ao nível das **refeições**, através da redução do pagamento nos termos do Regulamento.

Continuaremos com a valência do **apoio ao estudo** para o 2º e 3º ciclos de ensino, durante os períodos letivos. Nas pausas letivas, o Município promove o **ATL/Oficinas de trabalho** para crianças dos 3 aos 12 anos, proporcionando-lhes inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas semanais à piscina, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A participação dos pais resume-se, apenas, ao valor da refeição servida (almoço).

Continuarão a ser fornecidos gratuitamente às escolas do EPE e 1º ciclo **materiais de expediente**, incluindo fotocópias, e variados materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças.

O Município continuará a oferecer os **livros de fichas complementares aos manuais escolares** a todos os alunos que frequentem o 1º Ciclo, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. Prosseguiremos com as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar.

O Município também **oferecerá o manual e o respetivo livro de fichas de Inglês**, como Oferta Complementar, aos alunos que frequentam o 1º e 2º anos de escolaridade, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar.

Foi adaptado um espaço na Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro que integra o **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)**, com o objetivo de potenciar competências de cidadania, que se continuará a dar apoio, nomeadamente com o material de desgaste.

Continuaremos a fomentar **cursos de formação profissional e de educação de adultos**, nomeadamente através de parcerias com a EPATV, a ATAHCA e o IEPF.

Continuaremos a conceder um **valor monetário aos alunos de mérito**, no âmbito do Mecenato Educacional.

Prosseguiremos com o **investimento no Ensino Superior**, com as bolsas monetárias aos jovens, nos termos do Regulamento em vigor.

A abertura da **piscina** à comunidade escolar manter-se-á, assim como o apoio para o **desporto escolar**, nomeadamente com o transporte.

Continuaremos a **ceder os auditórios** para as várias atividades da comunidade escolar.

Será novamente realizada a **semana cultural** onde as crianças do AETB poderão usufruir de novas experiências, assim como realizar imensas atividades, de várias áreas.

Será realizada uma **Feira do Livro** que contará com a presença de uma escritora da terra que escreveu um livro infantil.

O Município continuará a ser parceiro de excelência no cumprimento e realização do **Plano Anual de Atividades do AETB** (ex.: São Martinho, Festa de Natal, Carnaval, Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial do Ambiente, Associação de Estudantes, etc.).

De referir também que o Município continuará a ser parceiro ou promotor de vários **projetos e programas** destinados a crianças e jovens, tais como:

- Plataforma + Cidadania - Projeto intermunicipal centrado no desenvolvimento dos níveis de cidadania participativa em crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Com recurso a tecnologias digitais, este projeto promove a participação e a cidadania, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores que ajudem esses alunos a desempenhar, futuramente, um papel ativo na sociedade.
- Ferramenta Ensinar e Aprender Português – recursos tecnológicos para o ensino do português e para o apoio e recuperação de aprendizagens, dirigido aos alunos do 1º Ciclo.

- Dinamização de ações de sensibilização ambiental e de conservação da natureza junto da comunidade escolar, desenvolvidas no coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- O projeto "Literacia no Cávado", que consiste na implementação e dinamização do recurso tecnológico para Ensinar e Aprender Português e implementação do recurso educativo digital "Hypatiamat", no âmbito do ensino da disciplina de Matemática.
- AQUA Cávado: o rio que nos une - A Agência da Energia do Cávado promove a iniciativa "AQUA Cávado: o rio que nos une", em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água.
- 5 ao Dia - O Programa "5 ao Dia" visa promover o consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e hortícolas, de forma a potenciar uma alimentação saudável e contribuir para a prevenção de diversas doenças associadas a maus hábitos alimentares. Este programa prevê que as crianças de 1.º ciclo visitem todos os anos o Mercado Abastecedor da Região de Braga para o desenvolvimento de várias atividades promotoras da prática de uma alimentação saudável.
- Regime da Fruta Escolar - O Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este programa consiste na distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo, de forma a incentivar as crianças ao consumo de fruta. Este programa é gerido e financiado pelo Ministério da Agricultura e envolve ainda os Ministérios da Educação e da Saúde.

Para o horizonte temporal compreendido entre os anos letivos 2024/2027 o Município tem uma candidatura submetida ao PIPSE Cávado 2023, que está em análise. Trata-se de um projeto intermunicipal "**Rede Estratégica para o Sucesso Educativo e Transformador no Cávado 2030.**"

Pela CIM do Cávado estão candidatas as seguintes atividades (integradas na ação literacia nuclear para o sucesso): Literacia Matemática; Literacia Digital/Robótica e Competências Transversais.

O Município de Terras de Bouro investe muito na Educação. Desde logo com os apoios que dá aos pais e encarregados de educação; com a compra de materiais escolares e pedagógicos para apetrechar as escolas; compra de materiais de desgaste; manutenção e conservação dos edifícios; obras de requalificação e melhorias; arranjo dos espaços exteriores; transportes gratuitos para atividades e visitas de estudo para todos os alunos do AETB e para o desporto escolar; disponibilização das piscinas municipais e de equipamentos turísticos da autarquia; a oferta da escola de música; ballet.

Através da medida de investimento Medida CO4-iO1-mO1-Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais da componente de investimento RE-CO4-iO1-Redes culturais e Transição Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi celebrado o contrato de financiamento em 17 de maio de 2023, para a realização de projetos designados de aquisição de equipamentos informáticos, **bibliotecas itinerantes online e sistemas de informação e catálogos integrados**.

O Município tem a **Escola de Música de Terras de Bouro** em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês e continuará a dar apoio em tudo o que for necessário para o seu funcionamento e crescimento, prevendo-se o aumento da oferta formativa, assim como a mudança de instalações no ano de 2025.

A **Ação Social** continua a merecer a maior atenção, atendendo à especificidade das competências e da ação que desenvolve no terreno.

Através do **processo de descentralização de competências no domínio da Ação Social** para as autarquias locais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, Portaria n.º 63/2021, de 17 de março e Portaria n.º 65/2021, de 17 de março), a Câmara Municipal assumiu, em 03/04/2023, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e a celebração e acompanhamento dos Contratos de Inserção dos/as beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI). Neste âmbito, são acompanhadas/apoiadas famílias nos diversos programas/medidas em vigor, nomeadamente POAPMC/FEAC, RSI, Cantina Social, Regime de Maior Acompanhado, sinalização para vaga social em ERPI e/ou Família de Acolhimento, Estatuto do Cuidador Informal (ECI).

No âmbito do Regulamento **Habitação Condigna**, manteremos o contínuo apoio às famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade, através da realização de obras, do fornecimento de projetos de arquitetura e de especialidades e do apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente.

No âmbito dos Avisos Nº 03/C03-i02/2022 e Nº 05/C03-i02/2023: **Acessibilidades 360º do Programa de Intervenções em Habitações (PIH)**, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Câmara Municipal, na qualidade de beneficiário final, apresentou duas candidaturas para realização de obras para a melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais. Neste sentido, daremos apoio na execução das candidaturas já aprovadas e continuaremos a submeter candidaturas sempre que surjam oportunidades de financiamento e situações elegíveis.

Através do **Programa 1.º Direito** foram apresentadas candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) (investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação), no sentido de obter financiamento para apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. A **Estratégia Local para Habitação** prevê a Aquisição e Reabilitação de 688 fogos (153 fogos do Município e 535 fogos dos/as Beneficiários/as Diretos/as), estimando-se um investimento total de € 81.040.840 (oitenta e um milhões, quarenta mil, oitocentos e quarenta euros).

A Câmara Municipal apresentou candidatura ao Aviso PESSOAS-2024-12-Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social, no âmbito do Portugal 2030, tendo em vista o desenvolvimento da Operação PESSOAS-FSE+-01571100 – **CLDS 5GEIRA**, assumindo-se como Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) e Entidade Local de Execução das Ações (ELEA) deste projeto. É de realçar que, entre as várias ações previstas no Plano de Ação do CLDS 5GEIRA, será criado o **Gabinete de Apoio à Família**, com o objetivo de desenvolver, de forma itinerante, atividades de apoio a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade (idosos, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com doença mental, pessoas com dependências, entre outros).

Através da Comunidade Intermunicipal do Cávado e no âmbito de uma parceria conjunta dos Municípios de Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, foi implementado o **Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado (GAVAC)**, um serviço de atendimento e acompanhamento a pessoas vítimas ou em exposição à situação de violência doméstica. O GAVAC funciona descentralizadamente em Amares, Terras de Bouro e Vila Verde. No sentido de dar continuidade a esta importante resposta foi apresentada e aprovada a candidatura “**Rede Intermunicipal de Proteção e Apoio à Vítima - RIPAV do Cávado**”, no âmbito do aviso PESSOAS-2023-4 - estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género, que integra como entidade coordenadora a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado e como entidades parceiras os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Continuaremos a executar, monitorizar e avaliar os instrumentos estratégicos para a igualdade e não discriminação, nomeadamente o **Programa Municipal para a Igualdade e Conciliação** e o **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação**.

O Município de Terras de Bouro, através da CIM do Cávado, participará como investidor social em dois **projetos de Inovação Social**, designadamente:

- “Projeto MOSAICO – Companhia Multidisciplinar”, promovido pela MUSA – Associação Artística e de Intervenção, e que pretende intervir na **saúde mental** de forma inovadora;
- **Incubadora de capacitação para o emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PCDI)**, tendo como objetivos fomentar o desenvolvimento holístico da pessoa, melhorar as suas condições de vida e promover a sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. Este projeto será desenvolvido pela APACI- Associação de Pais e Amigos Centrada na Inclusão.

No âmbito do aviso Norte2030-2024-7, a Câmara Municipal apresentará candidatura para a criação e desenvolvimento de **balcões de inclusão - unidades móveis**, com vista à promoção do acesso a serviços coletivos de proximidade para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, de idosos e respetivos familiares e de pessoas com limitações na utilização de serviços desmaterializados e eletrónicos.

No âmbito do aviso Norte 2030-2024-6 – Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis (ITI), o Município apresentará candidatura para desenvolvimento de projetos de envelhecimento ativo, inclusão e empregabilidade, num valor previsto de € 286.103,53.

Na sequência da atualização e elaboração dos instrumentos de planeamento estratégico da Rede Social Municipal, **Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social**, será iniciada a execução de algumas medidas, nomeadamente através da implementação do **Plano de Ação 2025**. Também no quadro da transferência de competências para as autarquias locais, será elaborada a **Carta Social Municipal**, incluindo o mapeamento dos equipamentos sociais.

A Câmara Municipal está a desenvolver o projeto-piloto **Radar Social** (Candidatura nº PRR-RE-C03-i07-0000247), financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Através da medida Radar Social será implementado um sistema integrado de georreferenciação social de ampla abrangência e de capacitação do território na ativação de respostas e otimização de recursos, visando trazer maior eficácia à ação e à articulação das entidades locais.

Manteremos todo o **acompanhamento e apoio às IPSS's** locais na submissão das candidaturas e execução das Operações aprovadas no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos comunitários e ou nacionais.

Continuaremos a apoiar as crianças nascidas em Terras de Bouro através do **Incentivo à Natalidade**. Este incentivo à natalidade reveste a forma de um apoio até ao valor máximo de € 1.000,00 (mil euros), atribuído em duas modalidades: € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) sob a forma de reembolso de despesas elegíveis, realizadas em estabelecimentos do concelho de Terras de Bouro, com a aquisição de bens considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança (medicamentos, vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, cremes, artigos de higiene, de puericultura e de alimentação infantil); e € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) sob a forma de valor monetário.

Será implementado o Regulamento Municipal de **Apoio à Aquisição de Medicamentos**, tendo como objeto apoiar a aquisição de medicamentos, prescritos através de receita médica, às/aos cidadãs/ãos com doenças crónicas que se encontrem em situação de carência económica

Prosseguiremos com o importante serviço de proximidade à população através dos programas **Bem Envelhecer** e **Envelhecer a Sorrir**, da **Loja Social**, do **Banco Local de Ajudas Técnicas**, do apoio nas candidaturas aos programas de arrendamento **Porta 65-Jovem e Porta 65+**, entre outros.

Manteremos os passes sociais, valorizando/privilegiando o uso do transporte público e permitindo, a quem tem necessidade de viajar com regularidade, que o possa fazer de uma forma mais acessível, **passando este passe social, que atualmente tem uma participação de 50% do custo, para 90%, no próximo ano.**

Outras transferências de competências para o Município serão realizadas, mas ainda sem reflexo nestas Grandes Opções do Plano e do Orçamento.

Com a revisão do **Plano Diretor Municipal (PDM)**, que está a decorrer, esperamos que seja possível proceder à desafetação de terrenos para criar **zonas de construção**, estando já a ser elaborados projetos de arquitetura e especialidades para Moimenta (Pesqueiras), Balança, Rio Caldo, Vilar da Veiga, Chorense e Gondoriz. Também prevemos a implantação de **Parques Empresariais** na Balança e em Rio Caldo, sendo que, na Balança e atendendo às infraestruturas existentes, já foi desenvolvido um projeto e prevê-se que seja feita a aquisição de mais terreno, para requalificação e ampliação desse parque.

Para o Vale do Cávado há um projeto preconizado, sendo que os terrenos, com área enquadrável para este fim, são baldios, pelo que será necessário encetar o processo de cedência, por parte dos Conselhos Diretivos e Assembleias de Compartes desses baldios.

É expectável que durante o ano de 2025 seja possível concretizar esses objetivos, possibilitando assim a criação de mais postos de trabalho.

Avançaremos, igualmente, com a criação de uma Zona de Lazer e Parque Desportivo Municipal.

Pretendemos criar também, um Armazém Municipal e uma Incubadora de Empresas, cujo projeto está em fase de conclusão.

O SICS CÁVADO - Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado (NORTE-09-5762-FSE-000043), que permite definir o cadastro Predial em todo o Concelho, continuará a dar a resposta nesta área.

No que diz respeito ao **património municipal**, iremos prosseguir a sua reabilitação e melhoramento, utilizando os recursos financeiros do Município, as receitas que vão sendo geradas e as candidaturas no âmbito da eficiência energética, ou outras que possam surgir.

No âmbito da Eficiência Energética as obras aprovadas e que estão concluídas são: Centro Cultural de Terras de Bouro; Edifício Municipal da Cruz Vermelha Portuguesa – Moimenta; Edifício da União de Freguesias Brufe e Cibões; Edifício da Junta de Freguesia de Valdosende; Edifício da União de Freguesias de Chamoim e Vilar; Edifício da Junta de Freguesia de Souto; Edifício da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga; Edifício da Junta de Freguesia da Balança.

Iremos realizar novas candidaturas para: Museu de Vilarinho da Furna; Museu da Geira; Edifício da Câmara Municipal; Centro de Animação Termal do Gerês.

A Casa dos Bernardos, em Santa Isabel do Monte, também foi submetida à Eficiência Energética, mas, com o argumento de que “prossegue fins lucrativos”, acabou por ser excluída, pelo que, necessitando de intervenções urgentes, estas serão realizadas com enquadramento no orçamento municipal.

Na verdade, este património, desde o Centro de Animação Turístico do Gerês, o Centro Náutico de Rio Caldo, a Casa dos Bernardos, em St.ª Isabel do Monte, o Museu de Vilarinho das Furnas, o Museu da Geira, o edifício da Fronteira com o museu dos Marcos Miliários, os postos de Turismo, o Centro Cultural, o Centro Interpretativo do Garrano, a Casa do Latim, o edifício da Piscina Municipal e o edifício dos Paços do Concelho necessitam, para além da manutenção regular e absolutamente necessária, de intervenções pontuais e mais alargadas, para fazer face a alguma degradação que, como é normal, vai aparecendo com o decorrer do tempo.

A Casa do Latim, em Covide, será reabilitada e acolherá atividades da Aliança Artesanal, da qual somos sócios fundadores, servindo também para realizar exposições que tenham expressão local, com particular enfoque no mundo rural.

Rentabilizar a Marina e a Embarcação Turística de Rio Caldo, procedendo-se à elaboração de Projeto de **Requalificação e Ampliação** e respetivo estudo de avaliação de impacto ambiental para candidatura a futuros Avisos. Em 2025, com a deslocação da Embarcação Turística para o ancoradouro cuja obra está concluída, na enseada entre pontes, em Rio Caldo, criar-se-á uma nova centralidade para as viagens turísticas, melhorando e dando maior visibilidade ao turismo aquático e revertendo o atual local do ancoramento dessa embarcação, em novos pontos de amarração para embarcações de recreio, podendo assim, ser atingida a lotação máxima de cento e sessenta (160) lugares, que estão licenciados pela Agência Portuguesa de Ambiente (APA) na Marina de Rio Caldo.

Entretanto, está a ser elaborado um projeto para ampliação da Marina (pontões de ancoramento) e requalificação/ampliação do parque para estacionamento de automóveis.

O turismo, vetor essencial de toda a atividade concelhia, merece toda a nossa atenção, pelo que estaremos atentos e recetivos às propostas dos agentes de desenvolvimento local, ao interesse de novos investidores e à pertinência dos investimentos.

Neste âmbito, será necessário recuperar as escolas primárias, que foram encerradas e que ainda se encontram desaproveitadas, para poderem ser reconvertidas em polos de acolhimento turístico ou de apoio ao turismo.

Numa gestão atenta deste património, poder-se-á pensar na alienação de alguns imóveis, como já foi feito em Valdossende, tendo em vista o melhor aproveitamento dos mesmos.

Sendo o Parque Nacional da Peneda-Gerês um local de eleição para os amantes da natureza, o Município de Terras de Bouro levará a cabo a **Vª Edição do IRIS** – Festival de Imagem de Natureza do Gerês, com o objetivo de divulgar a região e promover um produto turístico com enorme potencialidade, em particular em épocas com taxas de ocupação turística mais baixas, ajudando, desta forma, ao combate da sazonalidade.

O Município pretende levar a cabo, em 2025, a certificação de destinos sustentáveis, no âmbito do programa **Green Destinations**.

A Revista da Natureza terá a sua III edição neste ano de 2025.

Dar-se-á início, também, à aplicação, de acordo com o regulamento já elaborado de uma **Taxa Turística** que reverterá para a criação de melhores condições de acolhimento.

Os trilhos, cascatas e miradouros, autênticos ex-libris de visitação em ambiente de natureza, de lazer e de paisagem deverão manter e melhorar as condições de pisoteio, acessibilidade e segurança.

No âmbito da Proteção Civil, continuamos a trabalhar com todos os elementos e entidades que compõem a Proteção Civil Municipal.

Pretendendo-se, igualmente, dar utilidade às Casas Florestais que, atualmente, se encontram devolutas e em estado de degradação, propomo-nos reabilitar este edificado, sem alterar as fachadas, para as seguintes atividades:

- A casa florestal da **Leonte** poderá servir como infraestrutura para criação de uma exposição permanente relacionada com a água e para disponibilizar informação sobre o turismo *Wellness*, associado ao turismo termal;
- A casa florestal da **Junceda**, dada a sua localização, permite a criação de um albergue de apoio aos caminheiros que percorrem o trilho GR50, podendo, ainda, conter informação sobre o trilho da Silha dos Ursos, trilho que inicia e termina no mesmo local.
- Esta casa florestal teria, essencialmente, uma função de apoio para quem visita o Parque Nacional da Peneda-Gerês;
- A casa florestal da **Costa Grande**, próxima do Santuário de S. Bento da Porta Aberta, serviria os peregrinos que demandam aquele Santuário e que, percorrendo os caminhos de S. Bento que, desde Esposende e num percurso de cerca de 70 (setenta) quilómetros, passam por muitas povoações e montanhas até atingir aquele local, encontrariam ali um lugar de acolhimento e repouso;
- A casa florestal do **Beiral**, em Rio Caldo, pela sua localização, poderá servir como sede para as inúmeras coletividades que desenvolvem atividades na freguesia de Rio Caldo e, em concreto, para sede do Motoclube;
- A casa florestal da **Portela do Homem**, junto ao edifício da Fronteira, poderá ser reutilizada para criar um centro interpretativo dos 50 anos do Parque Nacional, através de uma exposição histórica, comemorativa dessa efeméride. Tratando-se de dois edifícios, um deles poderá ficar de apoio à visitação;
- A casa florestal da **Ermida**, na freguesia de Vilar da Veiga, transformar-se-ia num Centro Interpretativo da Cabra Montês. A cabra da Ermida, na serra do Gerês, tem-se afirmado como uma referência na gastronomia e no desenvolvimento local da aldeia comunitária da Ermida, que tem promovido e preservado esta espécie. Este espaço serviria, também, para dar apoio ao Trilho PR 14, Sobreiral de Ermida;
- A casa florestal da **Pedra Bela**, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro interpretativo da Vezeira.

O protocolo celebrado com o Fundo Ambiental já permitiu que, com o projeto de requalificação dos miradouros, as condições de visitação e de segurança fossem melhoradas e se tornasse uma realidade, perspetivando-se que, com os exemplos conseguidos e concretizados, este apoio e cooperação seja ampliado a outras situações, sendo prova disso, a candidatura ao Fundo Ambiental para a Cascata Fecha das Barjas (Cascata do *Taihti*), cuja obra de melhoria das condições de acessibilidade e segurança já estão em curso.

As comunicações continuam a merecer uma especial atenção nos tempos que estamos a atravessar e, muito embora, já esteja percorrido um longo caminho nessa área, com a disseminação da rede de fibra ótica, não deixaremos de manter a nossa atenção em relação ao território concelhio para dar continuidade a uma melhor e mais ampla cobertura. Neste sentido, pugnaremos pela colocação de novas antenas para a rede móvel, com particular atenção para a antena de Leonte, há muito projetada e ainda sem concretização.

Também a agricultura e os/as nossos/as agricultores/as merecem e podem contar com a nossa atenção e ajuda, pelo que, em 2025, pretendemos continuar a apoiar a **sanidade animal a 100%**, conforme regulamento em vigor.

Igualmente, queremos demonstrar a nossa sensibilidade relativamente à fixação das taxas a cobrar pela Câmara Municipal, mantendo-se na taxa mínima o IMI e as deduções máximas em função do agregado familiar, destacando-se, ainda, a **redução de 0,5% de taxa do IRS**.

Para alcançarmos estes objetivos, queremos continuar a contar com todos/as funcionários/as, os/as terrabourenses, todas as juntas de freguesia, todas as instituições, todas as empresas do concelho e todos/as aqueles/as que, como nós, acreditam que é possível ir mais além e desejam o melhor para Terras de Bouro.

É um orçamento municipal que atinge o montante de **€ 17.020.056** e visa promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, assente numa estratégia de racionalização das despesas e na lógica da melhor consolidação orçamental.

Terras de Bouro, 22 de novembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal.

Manuel João Sampaio Tibo

2. Política Orçamental

O rigor e a transparência na gestão, a par de uma correta aplicação dos dinheiros públicos, são os princípios basilares da política orçamental do Município de Terras de Bouro. A elaboração do orçamento municipal para o ano de 2025 assenta, por isso, nas regras orçamentais estabelecidas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Nos termos do SNC-AP, o Orçamento Municipal é acompanhado de um Plano Orçamental Plurianual, com um horizonte de 4 anos, tendo-se utilizado como indicador para o efeito, seguindo a sugestão do grupo SATAPOCAL, da DGAL, as Previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2024, do Conselho das Finanças Públicas.

Esta proposta de orçamento do Município de Terras de Bouro, para o ano de 2025, prossegue uma gestão equilibrada, cuidadosa, ponderada e atenta, não deixando de contemplar as prioridades estabelecidas pelo Executivo e os elementares interesses municipais.

Ao nível dos impostos, propusemos a manutenção do **IMI** sobre os prédios urbanos na taxa mais baixa possível, 0,3%, acrescida da dedução prevista no artigo 112.º-A do CIMI, para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, a saber:

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa
1	30,00 €
2	70,00 €
3	140,00 €

Mantém-se a derrama fixada para os anos anteriores de 1,4 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, bem como uma taxa reduzida de derrama, agora de 0,1 %, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00.

Mantém-se, também a redução de 0,5 % na taxa pretendida pelo município do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Terras de Bouro.

Ao nível dos investimentos sem recurso a financiamento comunitário: 2ª fase **Beneficiação da estrada de Chorense a Souto (lançamento de Concurso); Melhoramento da estrada Interior de Rio Caldo** (entre o Calvário e a Pedreirinha). Pretendemos, ainda, proceder à **Ampliação do cemitério Municipal de Moimenta**, bem como à **requalificação da Capela de S. Brás**, na vila de Terras de Bouro, cujo protocolo para comparticipação já foi assinado, sendo

também intervencionadas as capelas de St. º Amaro no lugar de Bustelo, freguesia de Gondoriz e Igreja Paroquial de Vilar.

A estrada que vai das pontes de Rio Caldo para o Gerês (estrada 308) será intervencionada procedendo-se à ampliação da rede de saneamento e à sua repavimentação.

No que ao saneamento e à rede pública de água diz respeito, queremos manter o ritmo dos trabalhos que têm vindo a ser executados e as intervenções, generalizadas, que temos programadas, assim:

- Nos Lugares de Cabenco, Gilbarbedo, Lama, Figueiredo, Vergaço e Levada em Cibões, vai ser resolvido o saneamento, bem como, no Lugar de Padrós e Santa Comba, em Chamoim, onde serão feitas intervenções para resolver as redes de água e saneamento;
- No lugar de Vilarinho, freguesia de Valdosende vai completar-se o saneamento nos próximos dois anos.

Continua a ser necessário em 2025 candidatar para requalificação e beneficiação, através da **eficiência energética**, os seguintes imóveis municipais: **Museu de Vilarinho da Furna; Museu da Geira; Edifício da Câmara Municipal; Centro de Animação Turístico do Gerês**

A Casa dos Bernardos, em Santa Isabel do Monte, foi excluída das candidaturas à Eficiência Energética por ter fins lucrativos.

A **Reabilitação do Bairro da EDP**, em Valdosende, está a ser feita a revisão do projeto para ser submetida a candidatura a novos Avisos.

Pretendemos, ainda, para o ano de 2025 avançar com os Projetos de Arquitetura e Especialidades, tal como preparar todos os processos, para candidatar as seguintes intervenções a fundos comunitários: **Zona de Lazer da Barca** (Rio Caldo), em que será recuperada a antiga **Casa do Barqueiro** (projeto já elaborado); **Requalificação e Beneficiação do Caminho da Cachoeira** (Rio Caldo) à Central (Vilar da Veiga); **Requalificação Urbana – Rio Caldo** (projeto concluído); **Parque Empresarial da Balança** (projeto); **Loteamento em Moimenta** (projeto), **Rio Caldo e Pesqueiras para habitação** (projeto); ampliação da zona de estacionamento automóvel no **Centro Náutico de Rio Caldo** e aumento da plataforma para amarração de embarcações de recreio (realizar projeto).

A situação do grande volume de obras que o Município pretende concretizar é a seguinte:

- **Ecovia do Cávado e Homem** - Troço de Moimenta, Balança, Ribeira e Souto, 2ª fase e candidatura para a 3ª fase;

- **Bairro da EDP** – Valdosende - (aguarda novos Avisos) Rever projeto;
- **Zona de Lazer e Visitação – Carvalheira** (Junta de Freguesia) – Projeto elaborado;
- **Zona de Lazer e Visitação – Covide** (Junta de Freguesia) - Projeto elaborado;
- **Canil Municipal** – Gondoriz – preparação da abertura;
- **Centro Cultural de Terras de Bouro** – concluída a intervenção através da eficiência Energética, está a ser organizada a intervenção para reabilitação do interior.
- **Museu de Vilarinho da Furna** – Eficiência Energética – Aguarda novo Aviso;
- **Piscina Municipal exterior** (descoberta) – Vila de Terras de Bouro (a candidatar);
- **Controlo de Invasoras Lenhosas** - Novas candidaturas a submeter em parceria com os Baldios e o ICNF;
- **Minho Região Europeia da Gastronomia** – Cabrito Biológico da Serra do Gerês (processo concluído);
- **Requalificação Urbana de Rio Caldo** - projeto já elaborado;
- **Projeto de Ampliação do Cemitério Municipal da Vila de Terras de Bouro** - Preparação de lançamento de concurso;
- **Projeto de Requalificação da Capela de S. Brás** na Vila de Terras de Bouro – Protocolo com a Paróquia de Moimenta/Candidatura à DGAL para apoio à obra;
- **Projeto de requalificação da Capela de Santo Amaro**, no lugar de Bustelo, freguesia de Gondoriz (através da ATAHCA). A decorrer a obra;
- **Beneficiação Igreja Paroquial de Vilar** (através da ATAHCA). A decorrer a obra.
- Implementação da **Biblioteca Itinerante**, dando assim cumprimento à candidatura que foi aprovada para esse fim.
- Recuperação da **Trincheira do Campo do Gerês**, como elemento referenciador da defesa do território, desde a Idade Média.
- Projeto para **armazém municipal** – Candidatura.
- Aquisição de terreno e elaboração de projeto para implantação de **Campo de Futebol Municipal**.

2.1. Apresentação Geral do Orçamento

O orçamento para o ano de 2025 apresenta uma previsão global de **€ 17.020.056**.

A receita corrente fixar-se-á em **€ 12.082.162** que suportará a despesa corrente previsional de **€ 11.439.867**, enquanto a receita de capital se fixará em **€ 2.987.694** e a despesa

de capital em € 5.170.089. Ao nível das receitas não efetivas está prevista a arrecadação de € 1.950.200 sendo a despesa não efetiva orçada em € 410.100.

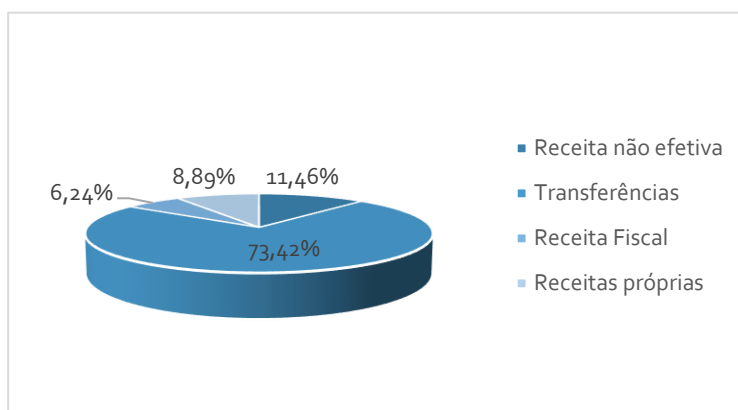
Quadro-resumo das Receitas e das Despesas

Receitas			Despesas		
Receita Efetiva			Despesa Efetiva		
	Receitas Correntes			Despesas correntes	
R1	Receita fiscal	1 061 329,00	D1	Despesas com o pessoal	7 124 930,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	237 641,00	D2	Aquisição de bens e serviços	3 293 687,00
R4	Rendimentos de propriedade	530 061,00	D3	Juros e outros encargos	261 200,00
R5	Transferências Correntes	9 509 106,00	D4	Transferências correntes	557 350,00
R6	Venda de bens e serviços	741 192,00	D5	Subsídios	50 100,00
R7	Outras receitas correntes	2 833,00	D6	Outras despesas correntes	152 600,00
	Total das Receitas Correntes	12 082 162,00		Total das despesas correntes	11 439 867,00
	Receitas de Capital			Despesas de capital	
R8	Venda de bens de investimento	1 250,00	D7	Aquisição de bens de capital	4 765 662,00
R9	Transferências de Capital	2 986 244,00	D8	Transferências de capital	403 427,00
R10	Outras Receitas de Capital	100,00	D9	Outras despesas de capital	1 000,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	100,00			
	Total das Receitas de Capital	2 987 694,00		Total das Despesas de Capital	5 170 089,00
	Total Receita Efetiva	15 069 856,00		Total Despesa Efetiva	16 609 956,00
Receita Não efetiva			Despesa Não efetiva		
R12	Receita com ativos financeiros	100,00	D10	Despesas com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	1.950.100,00	D11	Despesas com passivos financeiros	410.100,00
	Total Receita não efetiva	1.950.200,00		Total da Despesa não efetiva	410.100,00
	Receita Total	17 020 056,00		Despesa Total	17 020 056,00

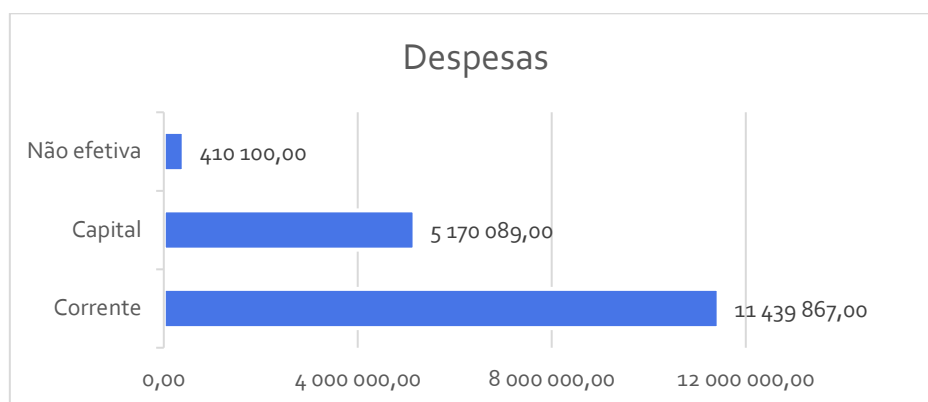
As projeções efetuadas continuam a demonstrar a elevada dependência do Orçamento

Municipal das transferências de entidades externas, seja do Orçamento do Estado, seja de subsídios ao investimento, no âmbito de programas comunitários. O valor das transferências representam cerca de 73,4%, ao passo que as receitas próprias correspondem a cerca de 8,9% do

total das receitas. A receita não efetiva, representará, em 2025, cerca de 11,5% do total das receitas.



No que se refere à despesa, em 2025, as despesas de natureza corrente apresentarão um peso de cerca de 67,2%, do total das despesas, as de capital, 30,4% e a despesa não efetiva 2,4%.



O saldo corrente registará um **superavit de € 642.295**, o qual servirá para financiar despesas de capital.

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no n.º 1 do artigo 40.º do RFALEI, evidenciado pelo saldo corrente acima exposto, este Regime

Receita Corrente	12 082 162,00
Despesa Corrente	11 439 867,00
Poupança corrente (n.º 1 art.º 40.º RFALEI)	642 295,00
Amortização Média de Empréstimos	406 699,01
Poupança corrente (n.º 2 art.º 40.º RFALEI)	235 595,99

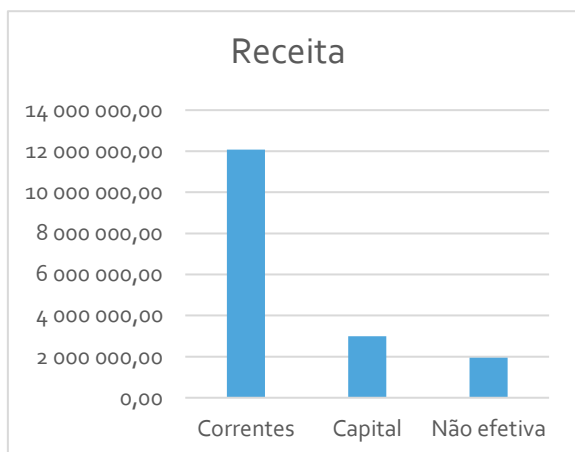
determina ainda, no n.º 2 do mesmo artigo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

O cálculo da amortização média de empréstimos do Município de Terras de Bouro, que se apresenta como Anexo.1, ao presente relatório, foi efetuado em cumprimento daquela norma legal, na sua atual redação, e apresenta um valor de € 406.699.

A presente proposta de orçamento cumpre esta regra, apresentando para 2025 uma previsão de excedente de **€ 235.596**.

previsão das receitas

Em 2025 prevê-se que a receita municipal ascenda a **€ 17.020.056**, representando um aumento de cerca de 6,7% relativamente ao ano de 2024, sendo € 12.082.162 de natureza corrente, € 2.987.694 de capital e € 1.950.200 relativos a receita não efetiva.



No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme previsto, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), na sua atual redação.

As receitas relativas a Vendas de bens de investimento apresentam um valor residual, apenas para abertura das respetivas rubricas.

Ao nível das transferências prevê-se a arrecadação de € 1.291.310 relativos a candidaturas aprovadas no âmbito dos fundos comunitários e ainda não reembolsadas ao município, bem como, de protocolos celebrados com entidades da Administração Central, devidamente identificadas no Anexo.2 do presente relatório.

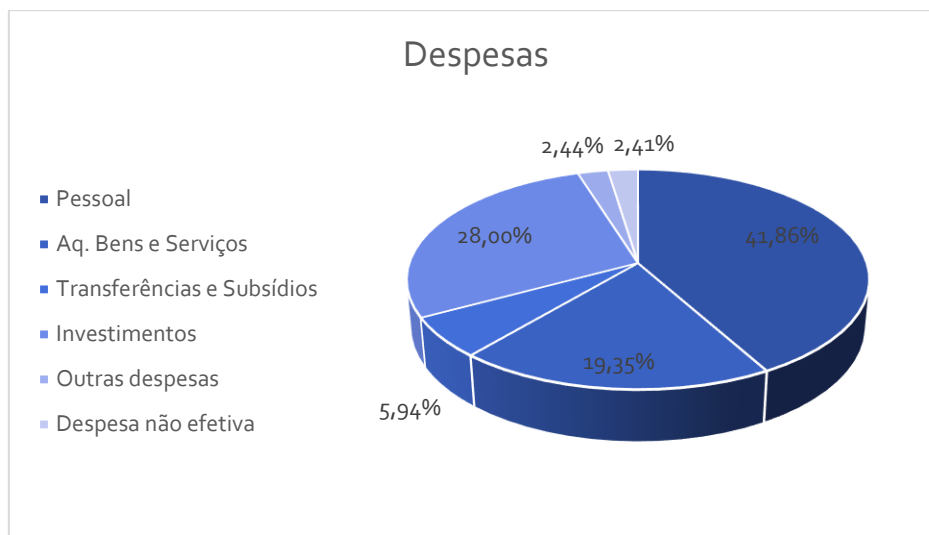
As restantes receitas foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

Acresce que as transferências da Administração Central apresentam, para 2025, o valor inscrito na Lei do Orçamento de Estado de 2024, visto que, à data de elaboração desta proposta de documentos previsionais, não foram ainda publicados os valores das transferências a efetuar para os municípios no ano de 2025.

previsão das despesas

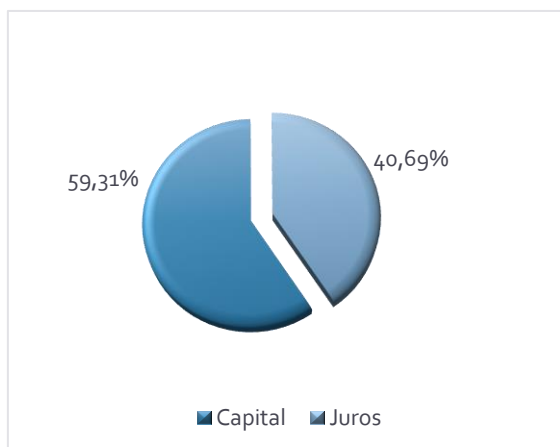
A despesa municipal para 2025, repartida por despesa corrente (€ 11.439.867) despesa de capital (€ 5.170.089), e despesa não efetiva (€ 410.100), prevê-se, pelo somatório destas três parcelas, que atinja os **€ 17.020.056**.

A rubrica com maior peso no capítulo das despesas é a rubrica de Despesas com o Pessoal que representa cerca de 41,9% do total das despesas, seguida da Aquisição de bens de Investimento (28%), aquisição de bens e serviços correntes (19,4%) e das transferências e subsídios (5,9%).



Serviço da dívida

O serviço da dívida, que inclui as amortizações e juros a pagar, totaliza € 620.209, conforme discriminado no Anexo.3 ao presente relatório. Deste valor 59,3% corresponde a amortização de capital e 40,7% a juros, o que reflete o efeito do agravamento das taxas de juro de referência, pelo Banco Central Europeu.



Considerando a característica de plurianualidade que os novos normativos legais pretendem dar aos documentos previsionais da Administração Pública, anexa-se, como Anexo.4, mapa com a previsão das amortizações e capital em dívida da totalidade dos empréstimos do Município de Terras de Bouro, num horizonte de 4 anos (2025 – 2028).

demonstrações financeiras previsionais

Conforme dispões o n.º 17 do ponto 6 da Norma de Contabilidade Pública n.º 1 (NCP 1), do SNC-AP, as entidades públicas devem preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração de resultados por natureza e demonstração de fluxos de caixa, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.

De entre as características qualitativas da informação contabilística, previstas no SNC-AP, encontra-se a **comparabilidade** que se traduz na possibilidade dos utilizadores das demonstrações financeiras identificarem semelhanças e diferenças entre dois períodos de relato.

gestão de recursos humanos

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe, no seu artigo 28.º, que o *empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atividades, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis* (n.º 1). Este planeamento deve incluir *eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal* (n.º 2).

O n.º 4 do artigo 29.º refere que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

No contexto de uma dada organização, o posto de trabalho designa o trabalho específico cuja caracterização deve concretizar-se em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, do cargo ou carreira que lhe corresponda e, dentro de cada carreira ou categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular e do perfil de competências transversais da respetiva carreira e, ou, categoria, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (cfr. artigos 28.º a 31.º e 80.º da LTFP).

Neste enquadramento, é refletida no mapa de pessoal para 2025, a descrição de funções de todos os postos de trabalho da Câmara Municipal de Terras de Bouro.

O Mapa de Pessoal para 2025 assume-se, portanto, como uma ferramenta fundamental na gestão dos recursos humanos, nomeadamente, nos processos de recrutamento e seleção, mobilidade, avaliação de desempenho e levantamento das necessidades formativas.

Durante o exercício de 2025, a Câmara Municipal iniciará o processo de criação e implementação da **Polícia Municipal**, ao abrigo da Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, na sua redação atual.

A criação da Polícia Municipal compete, nos termos do artigo 11.º, da referida Lei, à Assembleia Municipal e formaliza-se pela aprovação dos respetivos regulamento da polícia municipal e quadro de pessoal. A eficácia daquela aprovação depende de ratificação por resolução do Conselho de Ministros.

Face às disposições legais referidas, propõe-se que **a Assembleia Municipal aprove o Mapa de Pessoal**, para o ano de 2025, constante de documento autónomo aos presentes documentos previsionais, resumidamente, caracterizado pela tabela seguinte:

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho				Cativos
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo		
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres	
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4				
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1				
Técnico Superior	Técnico Superior	72	45	23		4	15
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	16				
Assistente Técnico	Assistente Técnico	36	33	3			3
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	5	5				
Assistente Operacional	Assistente Operacional	174	110	47	10	7	41
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1				
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3	3				
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2				
Informática	Especialista de informática	1	1				
Informática	Técnico de Informática	6	6				
Total Câmara Municipal		321	227	73	10	11	59

2.2. Grandes Opções do Plano (GOP)

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2025 correspondem à estratégia delineada no Compromisso Eleitoral apresentado aos/às eleitores/as e que foi sufragado no ato eleitoral do dia 26 de setembro de 2021.

Esse compromisso que queremos ver concretizado ao longo do presente mandato, assenta em vetores essenciais já devidamente escarpelizados, que são o reflexo das necessidades básicas da população e antevê a implementação de ações, absolutamente necessárias, ao desenvolvimento global do território concelhio.

Porém, ainda vivemos um tempo de verdadeira crise e incerteza. Um tempo dominado pela permanência de guerras que, ao prolongarem-se no tempo, estão a destruir a dinâmica económico-financeira, nas mais diversas vertentes.

Neste contexto torna-se muito mais difícil fazer previsões, assumir compromissos e planear o futuro, pois não temos a certeza do que ainda poderá advir.

Mesmo assim, movidos pela coragem que nos impeliu e impele para a causa pública e o serviço às gentes de Terras de Bouro, queremos seguir a rota traçada e o rumo apontado.

Queremos construir um futuro melhor para todos/as e trazer para o exercício político a afirmação do dever, demonstrado pelo trabalho e pela obra feita.

Assim, estamos apostados em:

município

- Criação de **dois armazéns municipais**, no Vale do Homem (projeto elaborado) e no Vale do Cávado (realizar projeto para Valdosende);
- Avaliar permanentemente a **qualidade dos serviços** prestados e do atendimento para saber o grau de satisfação dos/as terrabourenses;
- Manter as reuniões periódicas **com as Juntas de Freguesia**;
- Desenvolver uma política de **redução dos custos** operacionais;
- Criar o Projeto “**O Dia do/a Jovem Autarca**”, em colaboração com o Agrupamento de Escolas;
- Continuar a melhorar os **espaços verdes e de jardim** do nosso Concelho;

- Melhoramento e colocação de **sinalética**, vertical e horizontal, em todo o território concelhio;
- Colocação de **rails** nas zonas que apresentam mais perigo na rede viária;
- Melhorar a **acessibilidade ao Pavilhão e à Piscina Municipal**, na Vila de Terras de Bouro (projeto aprovado no âmbito do PRR);
- Reformulação da **IDENTIDADE CORPORATIVA** do município. – Estudo de mercado

associativismo

- Apoiar os **grupos e associações desportivas, culturais e recreativas** do concelho, de acordo com o seu plano de atividades, assegurando um modelo transparente de colaboração e apoio efetivo, enquanto parceiros de valorização humana, social e cultural;
- Fomentar na juventude o gosto pelo **associativismo e voluntariado**;
- Apoiar o Clube de Caça e Pesca de Terras de Bouro na requalificação do **Campo de Bustelo**.

economia

- **Criar dois polos empresariais**, no Vale do Homem e no Vale do Cávado, de forma a incluírem a criação de espaços para **incubação de empresas a disponibilizar aos/às jovens** que pretendam desenvolver ideia/projeto de negócio;
- Incentivar e apoiar projetos de **infraestruturas turísticas** apresentadas pelos/as munícipes;
- Procurar e apoiar **investidores/as para o Concelho**, divulgando as suas potencialidades;
- Dinamizar a Feira do **Cabrito Biológico da Serra do Gerês** e a **Feira-Mostra de S. Martinho**;
- Capitalizar os **Domingos Gastronómicos**, enquanto fator de dinamização comercial;
- Trabalhar em cooperação com a **Irmandade de S. Bento da Porta Aberta**, de forma a reforçar a promoção e valorização do Santuário e do seu potencial;

- Reivindicar e ajudar a criar um **regime de contrapartidas** (nomeadamente fiscais) para as pessoas que vivem e têm a sua atividade dentro do território.

proteção civil

- Manter atualizado o **Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate aos Incêndios**;
- Apoiar financeiramente os **Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro** e os núcleos concelhios da **Cruz Vermelha Portuguesa**;
- Apoiar as brigadas de **sapadores florestais** do Concelho (aguardamos aviso para candidatura através do Fundo Florestal Permanente);
- Manter a **Equipa de Sapadores dos Rios**, valorizando, assim, os nossos rios e ribeiros.

turismo

- Elaborar um “**plano estratégico**”, em parceria com o ICNF, que servirá de suporte a um ordenamento sério, para facilitar a aplicação de medidas corretivas a algumas restrições do ordenamento atual;
- Propor um plano integrado de requalificação de todo o **património construído** (casas florestais, cavalariças, chalés, viveiros);
- Melhorar a **sinalética** identificativa dos principais pontos de interesse turístico e patrimonial do Concelho;
- Continuar a requalificação das **Margens da Albufeira da Caniçada**, incluindo as infraestruturas de apoio à Praia do Alqueirão;
- Criar **parques de estacionamento** de apoio às Praias das margens da Albufeira da Caniçada;
- Tentar criar **zonas de lazer** em Vilarinho das Furnas, Barca, Cubos e Cachoeira;
- Dar continuidade à Requalificação e sinalização dos **miradouros**;
- Ter uma ação firme junto do ICNF para que a gestão do **Parque Nacional da Peneda-Gerês** seja mais atenta ao nível da: política de cobrança de portagens; segurança, sinalização e acessibilidade nas cascatas; recuperação de trilhos e miradouros; campanhas de sensibilização ambiental para os/as turistas;

- Valorizar as potencialidades do **Rio Homem**, através de espaços de lazer e praias fluviais em Carvalheira, Chamoim/Gondoriz, Moimenta, Balança e Souto;
- Construir pequenos “**açudes balneares**” no Rio Gerês e no Rio Homem;
- Construir uma **piscina exterior**, inserida em projeto de valorização do espaço de lazer de Quintela – Chorense;
- Recuperar o **Portal VisitGerês** e desenvolver aplicações para telemóvel com roteiros turísticos do Concelho, que incluam informações sobre pontos de interesse, restauração, alojamento e serviços;
- Produzir **conteúdos multimédia**, nomeadamente pequenos filmes publicitários, de modo a divulgar as potencialidades turísticas do concelho (Vilarinho da Furna, Geira Romana, Mata da Albergaria, Trilhos Pedestres, Rios e Albufeiras);
- Produzir um **livro de fotografias** sobre o concelho de Terras de Bouro;
- Construir um **Caldário** (águas quentes) na Vila Termal do Gerês, em parceria com a Empresa Concessionária;
- Requalificar e dinamizar o **Centro de Animação Turística**;
- Instalar um **Teleférico** entre a Vila do Gerês e a Pedra Bela, concorrendo para uma maior atração turística e reordenamento do trânsito intra serra.
- **Combater a sazonalidade:**
 - Organizar e apoiar **eventos** – *Gerês GranFondo; Gerês TrailAdventure; Gerês Marathon; Ultra Trail da Geira; Troféu de Orientação do Minho; e o TrailRunning;*
 - Promover eventos locais no âmbito da “**Braga Romana**”, em parceria com municípios vizinhos e Braga;
- Criar **trilhos cicláveis de BTT** segundo normas internacionais, assim com uma infraestrutura coberta de apoio à prática dessa modalidade, em parceria com a ADRC Chorense e com a InNature;
- Limpar, sinalizar e divulgar os **trilhos pedestres**, promovendo-os como produto turístico de excelência;
- Colaborar com a **Associação Gerês Viver- Turismo (GVT)**;
- Dinamizar o **Caminho de Santiago pela Geira**, em parceria com Ayuntamiento de Lobios;

- Recuperar a **Geira Romana** (troço da via romana melhor preservada na Europa) e, conjuntamente com o Museu da Geira, transformá-la num produto turístico de referência;
- Promover um **Festival de Montanha**, em parceria com as empresas de atividades - destinado à promoção da região e dos desportos de natureza;
- Melhorar e estender a **Animação de Verão** à sede do Concelho, ao Campo do Gerês e a Rio Caldo, envolvendo os hoteleiros na sua divulgação;
- Melhorar as condições de acolhimento e divulgar a **Casa dos Bernardos**;
- Rendibilizar a **Marina e o Barco Rio Caldo**, procedendo-se à ampliação da capacidade de estacionamento automóvel e, dentro do que o Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada permitir, prolongar os pontões para responder a um maior número de ancoramento de embarcações de recreio;
- Deslocar a Embarcação Turística Rio Caldo, para o novo pontão construído na enseada entre pontes, dando-lhe um maior aproveitamento, como veículo de promoção do turismo aquático em ambiente de natureza, na barragem da Caniçada ;
- Dar continuidade à construção da **ecovia do rio Homem** entre Souto e Moimenta;
- Promover a valorização ambiental da **Ribeira de Rodas** - Campo do Gerês;
- Construir **Eco-Trilho Moimenta** - Campo do Gerês;
- Implementar uma **Taxa de Turismo**, que reverterá para a criação de melhores condições de acolhimento;
- Proceder à 3ª edição da Revista “**No Coração da Natureza**”;
- Vª Edição do **Festival IRIS** – Festival de Imagem de Natureza do Gerês.
- Atualização das **plataformas digitais do Município** com especial enfoque no do Portal de Serviços (<https://servicos.cm-terrasdebouro.pt/>) e no portal de turismo (<https://turismo.cm-terrasdebouro.pt/>);
- Implementação de **soluções tecnológicas** que visem melhorar a experiência de visita ao **núcleo museológico do Campo do Gerês**;
- Sistema de **Realidade Virtual** para divulgação do concelho em Feiras e Eventos – estudo de soluções.

- Produção de conteúdos audiovisuais (interna) para dinamização das plataformas digitais do município.
- Produção de conteúdos audiovisuais (externa)– grupo de videografos/fotógrafos que passam uma semana no concelho – relato nas redes sociais da experiência e produção de conteúdos para uso do município.
- Reformulação do **Posto de Turismo de Moimenta**.

educação

- Alargar o apoio em cadernos de atividades a alunos de outros ciclos de ensino, complementando a oferta do Estado para os manuais;
- Concretizar projetos de **prevenção do insucesso escolar e abandono escolar**, incluindo a valorização do apoio ao estudo para todos os alunos do concelho;
- Continuar a estimular cursos de **formação profissional e educação de adultos**, nomeadamente através de parcerias com a EPATV, a ATAHCA e o IIEP;
- Conceder **bolsas de mérito** a alunos das escolas do concelho, envolvendo instituições e empresas;
- Continuar a subsidiar os alunos do **ensino superior**;
- Continuar a disponibilizar o acesso gratuito das **Piscinas Municipais** às escolas;
- Manter o **estudo acompanhado** e atividades educativas e lúdico-pedagógicas nos Serviços Educativos Municipais;
- Manter o **ATL nos períodos de interrupção letiva** (Natal, Páscoa e Verão).

Saúde

- Requalificar a **Extensão de Saúde de Rio Caldo**, deslocando-a para o edifício da antiga escola básica;
- Propor à ULS de Braga o **alargamento de horário no Verão e reforço do corpo clínico** na Extensão de Saúde de Rio Caldo;

- **Incentivos aos/às médicos/as** para prestação de serviço no concelho, de forma a compensar despesas extraordinárias de deslocação;
- Lançar o programa de **comparticipação de medicamentos** a pessoas carenciadas;
- Criar uma **unidade de saúde móvel**, com capacidade para rastreio e consultas médicas de forma regular nas freguesias, de modo a promover um serviço integrado de proximidade;
- Criar um Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa – Gabinete do Idoso, respondendo nas áreas de **enfermagem, nutrição, terapia da fala e psicologia**;
- Promover a criação de uma **Unidade de Cuidados Continuados** em parceria com as IPSS's;
- Incentivar e apoiar a criação de um **Lar Residencial para pessoas adultas com deficiência**, no edifício do Centro de Saúde;
- Celebração de protocolo com a ARS Norte para cobertura de **carência de pessoal** nos serviços públicos de saúde no Concelho.

ação social

- Criar o **Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa**, em articulação com a GNR e Juntas de Freguesia;
- Lançar a figura de **Provedor do Idoso no Município**, com o objetivo de prestar ajuda e apoio a pessoas da terceira idade no acesso a serviços públicos;
- Promoção de **atividades intergeracionais**, estimulando o convívio e a transmissão de conhecimentos das pessoas idosas aos mais jovens;
- Dinamizar o **Banco Local de Ajudas Técnicas** para disponibilização de camas articuladas, cadeirões, cadeiras de rodas e material ortopédico, entre outros equipamentos;
- Estimular a **Loja Social para apoio a famílias carenciadas** através da atribuição de roupa, calçado, brinquedos, móveis, eletrodomésticos e bens alimentares, entre outros;
- Dar continuidade ao projeto **Habitação Condigna**, apoiando a melhoria das condições de habitabilidade das famílias mais carenciadas;

- Consubstanciaremos candidaturas ao 1.º Direito, Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, de forma a superar as carências habitacionais mais prementes da população e reforçar o parque habitacional municipal;
- Dinamizar os projetos relacionados com o **envelhecimento ativo**, nomeadamente Envelhecer a Sorrir e Bem Envelhecer (tais como passeios, convívios, sessões de ginástica, hidroginástica, uso de novas tecnologias, jogos populares, entre outros);
- Realizar o **Encontro Anual da Pessoa Idosa**;
- Organizar **intercâmbios de férias** para jovens e pessoas idosas;
- **Subsidiar a Natalidade** (atribuindo um apoio monetário de €250.00 e um apoio de €750.00 para aquisição de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, artigos de puericultura, higiene e alimentares, num valor total de €1.000,00);
- Assegurar o **transporte gratuito** a doentes crónicos e oncológicos para consultas;
- Garantir o **apoio técnico e financeiro** a todas as IPSS's, como parceiros indispensáveis à coesão social e aos serviços prestados à população mais vulnerável.

ambiente, água e saneamento

- Otimizar a rede concelhia de **abastecimento de água**, enquanto bem essencial que não pode faltar aos/às terrabourense;
- Reforçar a rede de **saneamento básico** como prioridade estratégica do concelho, através da construção de novas ETAR's, otimização do funcionamento das existentes e instalação de fossas biológicas.
- Melhorar a **recolha de resíduos sólidos**: alargamento dos circuitos de recolha e criação de sistema de resposta rápida a situações problemáticas através de equipa de intervenção;
 - Proceder à abertura do **canil municipal**, promovendo maior salubridade pública e saúde animal;
 - Apostar nas **energias renováveis**, rentabilizando as potencialidades nesta área como nova fonte de receita para investimento no concelho;
 - Colocar em funcionamento 8 pontos de abastecimento para **veículos elétricos**, distribuídos no território concelhio;

- Manter o serviço de **reparação de abastecimento de água**, com um piquete em permanência;
- **Limpar**, com maior frequência, os locais turísticos mais visitados;
- Proceder ao levantamento e **erradicar as fontes poluidoras** ao longo dos cursos de água.

agricultura

- Criar um **Centro de Dinamização Empresarial de Produtos Regionais**;
- Dinamizar o **Gabinete do Agricultor**;
- Criar e dinamizar **postos de venda** de produtos agrícolas;
- Apoiar as Associações de Apicultores/as na promoção e certificação do **mel**;
- Apoiar a **reabilitação** de infraestruturas agrícolas (espigueiros, alpendres, sequeiras) através de possíveis candidaturas a fundos comunitários;
- Apoiar na abertura e conservação de **caminhos agrícolas** ou de consortes e regadios;
- Apoiar os produtos de **agricultura biológica**;
- Apoiar, valorizar e promover a **carne de bovino e de caprino**;
- Reforçar o **apoio médico veterinário**;
- Garantir o funcionamento da equipa de extinção da **vespa asiática**;
- Promover a criação de uma associação representativa dos/as **produtores/as de pequenos frutos vermelhos**.
- Apoiar a **sanidade animal a 100%**, conforme regulamento em vigor.

urbanismo

- Criar **loteamentos** para apoio à construção, em Moimenta e Rio Caldo;
- Reforço da **iluminação** em todas as freguesias, com particular atenção para **áreas habitadas e Vila do Gerês**; assim como diligenciar junto da EDP no sentido de reduzir o tempo de **substituição** das lâmpadas fundidas e investir nos sistemas de iluminação pública de **baixo consumo** (tecnologia LED);

- Construir **passeios pedonais**:
 - Terceira fase, da Assureira ao Gerês (conclusão);
 - Da Batoca ao Zanganho, no Gerês;
 - Do Campo do Gerês à Guarda (Campo do Gerês).
- Requalificar a **zona ribeirinha na vila do Gerês**, desde o Parque Tude de Sousa até à Assureira: proceder à limpeza e criar áreas de lazer, zonas pedonais e ecovias;
- Reabilitação urbana em Rio Caldo;
- Diligenciar no sentido da aquisição do “**Campo do Bilinho**”, na Vila do Gerês (Protocolo Arquiteto Carvalho Araújo);
- Construir o **Parque da Vila do Gerês**;
- Construir a **central de camionagem** na Vila de Terras de Bouro – realizar projeto;
- Construir **casas mortuárias** em diversas freguesias – Balança/Vilar da Veiga;
- Promover e apoiar a requalificação de **áreas públicas** que reforcem a atratividade das freguesias, como são os casos dos largos junto às igrejas de Souto, Balança, Valdosende, Chamoim, Gondoriz, Vilar da Veiga, Rio Caldo e Brufe;
- Requalificar o **Largo da Eira** e a **Praça Dr. José Araújo**, na Vila de Terras de Bouro;
- Reabilitação da **Casa da Barca**, em Rio Caldo, dotando-a de um bar, instalações sanitárias de apoio à “praia”, e espaço memória da Barca.
- Concluir à **revisão do PDM**;
- Pugnar pela celeridade na **revisão do POAC** (Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada) e POPNPG (Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês).

mobilidade/Acessibilidades

- **Requalificar as estradas municipais**:
 - Alqueirão – Gerês;
 - Souto – Chorense (acabamento);
 - Caminho interior Paredes-Carvalheira e Barragem de Vilarinho da Furna;

- Estrada interior de Rio Caldo, do Senhor dos Passos à Pedreirinha;
- Sensibilizar a EP para a necessidade da requalificação da Estrada Nacional entre **Covide e Rio Caldo**;
- Estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal de Amares para a pavimentação da estrada entre os **Quatro Caminhos** (Chorense) e N.º S.º da Abadia;
- Melhorar as acessibilidades no **interior das freguesias** em colaboração com as Juntas de Freguesia;
- Promover a requalificação da estrada entre a **Central Elétrica, Vilar da Veiga** e a **Cachoeira (Rio Caldo)**, criando áreas de estacionamento com a construção dessa ecovia;
- Lutar por uma **rede de transportes** que sirva os/as munícipes;
- Cuidar da iluminação e do passadiço nas **pontes de Rio Caldo** (entre pontes);
- Recuperação da **Ponte de Arame** (Vilar/Gondoriz) e da **Ponte de Cabaninhas** (Carvalheira);
- **Requalificar a ligação** entre o Centro Interpretativo do Garrano (Covide), Paredes (Carvalheira) e zona de lazer do Poço Macho, com a construção de uma nova ponte;
- Dar continuidade à **ecovia entre Moimenta e Souto**;
- Resolver o problema do estrangulamento e perigosidade da **Curva do Eiras, em Covide**.

Cultura, património, desporto e lazer

- Elaborar um **plano municipal para defesa e valorização do património**;
- De acordo com o contrato de financiamento nº 153/PRR/GEPAPAC/2023 celebrado dia 17 de maio de 2023 com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), irão ser implementadas bibliotecas itinerantes, que levarão mais próximo das populações a consulta e o conhecimento das grandes obras literárias e outros documentos de interesse, estimulando a leitura que é tão importante no tempo hodierno.
- Inventariar e classificar o **património cultural** (material e imaterial) e o **património arquitetónico** do concelho;
- Apoiar e promover a requalificação do **património arquitetónico e religioso**;

- **Aproveitamento turístico** do património arqueológico, tal como a área do Sagrado (Campo do Gerês), a Calcedónia (Covide) e o Castelo (Monte-Covide);
- Criar **roteiros** do património e sua sinalização;
- Dinamizar um **Festival de Filmes de Montanha**;
- Promover uma **exposição internacional** de fotografia de montanha;
- Reformular o Centro Cultural de Terras de Bouro, de forma a criar uma **Casa das Artes**, com espaço para exposições, eventos e manifestações culturais, incluindo uma ludoteca e uma escola de música (Carlos Pereira);
- Dinamizar a **Rede Museológica** (Museu de Vilarinho, Museu da Geira, Galeria dos Miliários (na Portela do Homem), **Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos**, em Santa Isabel do Monte, e a **Casa do Latim**, em Covide);
- Apoiar a Banda Musical de Carvalheira na divulgação e **ensino da música**;
- Apoiar a construção do **Museu** para a Banda Musical de Carvalheira;
- Criar o **Museu da Escola Primária**;
- Criar um **plano de programação cultural** do Concelho;
- Privilegiar o relacionamento com a **ATAHCA**, fomentando a recuperação do património do concelho;
- Integrar o **Museu de Vilarinho e da Geira**, na rede regional de museus;
- Organizar uma **feita convívio transfronteiriça**, promovendo a aproximação entre os municípios galegos vizinhos, com eventos desportivos, culturais e gastronómicos;
- Apoiar e dinamizar a **Subida da Vezeira** do Gerês, a Feira da Chanfana de Cabra na Ermida, a Feira do Cabrito Biológico e a Geira Romana;
- Apoiar a **dinamização cultural** nas freguesias;
- Levar a **cultura às Instituições**, através dos nossos ranchos folclóricos e demais entidades ligadas à cultura;
- Criar novas instalações para a **Escola de Música de Terras de Bouro**, polo de Moimenta;
- Apoiar autores terrabourenses na edição de livros ou em outros eventos de cultura;
- Criar uma **Quinta Pedagógica**, em Covide;

- Cooperar na Requalificação da Capela de S. Brás em Moimenta;
- Criar um Centro de Canoagem e Vela na barragem de Vilarinho da Furna ou na Caniçada;
- Manter a verba atribuída mensalmente à Banda Musical de Carvalheira.

2.3. Apoio às Juntas de Freguesia

Continuaremos a celebrar contratos com as Juntas de Freguesia para a execução de obras por administração direta ou por transferência para a respetiva Junta. A resolução dos problemas de abastecimento de água, a pavimentação de diversas ruas e vias de acesso, a segurança rodoviária, a requalificação de espaços públicos, a construção ou requalificação de estruturas como Casas Mortuárias, Sedes de Juntas, Centros Culturais e abrigos de passageiros são alguns exemplos de obras que merecerão o apoio da Câmara Municipal. Em suma, à semelhança dos anos anteriores, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização de diversas obras e atividades, no quadro da defesa dos interesses próprios das populações respetivas, solicitando-se autorização à Assembleia Municipal, nos termos de j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, para que a Câmara Municipal apoie as Juntas de Freguesia com meios técnicos, humanos e financeiros, consignando-se, neste último caso, o limite anual de € 250.000,00 por freguesia.

Para além destes apoios, a Câmara Municipal apoiará a realização de investimentos nas freguesias transferindo, em duodécimos, para cada uma delas o montante previsto na tabela seguinte:

Freguesia	Montante Anual	Duodécimos	
		Janeiro	Restantes meses
Balança	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Campo do Gerês	12 000,00	1 000,00	1 000,00
Carvalheira	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Chamoim e Vilar	20 000,00	1 850,00	1 650,00
Chorense e Monte	20 000,00	1 850,00	1 650,00
Cibões e Brufe	20 000,00	1 850,00	1 650,00
Covide	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Gondoriz	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Moimenta	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Ribeira	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Rio Caldo	25 000,00	2 450,00	2 050,00
Souto	18 000,00	1 500,00	1 500,00
Valdosende	22 000,00	2 200,00	1 800,00
Vilar da Veiga	27 000,00	2 250,00	2 250,00
Total	272 000,00	23 950,00	22 550,00

Considerando o valor que as populações das freguesias atribuem à realização das tradicionais festividades em honra dos respetivos padroeiros, eventos onde se cultiva a vivência em comunidade, bem como, se promovem os usos e costumes, a Câmara Municipal, apoiará, para o efeito, cada freguesia (17 freguesias) com € 1.500,00.

2.4. Notas finais

2.4.1. Orçamentos de outras entidades

Nos termos da alínea b), do nº 2, do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento deverá ainda incluir os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município.

Considerando que o Município de Terras de Bouro não controla, efetiva ou presumivelmente, qualquer das entidades em que participa, não são incluídos nos presentes documentos previsionais qualquer orçamento de qualquer daquelas entidades.

2.4.2. Mapas das entidades participadas pelo município

Conforme determinado na alínea c) do nº 2, do artigo 46.º do RFALEI, como anexo.5 apresenta-se o mapa das entidades participadas pelo Município do Terras de Bouro, bem como a respetiva percentagem de participação e valor correspondente.

2.4.3. Responsabilidades contingentes

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a) do nº 1, artigo 46º, do RFALEI constam do anexo.6 ao presente relatório.

Anexos

Anexo.1 – Amortização média de empréstimos

Caracterização do Empréstimo	Data Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Dívida em 1 de Janeiro de 2014	Anos de amortização	Amortização média
CGD: 0810000419291	11-05-2001	20	12	54 440,80		a)
CGD: 0810000414191	11-05-2001	20	12	172 993,64		c)
CGD: 9015002313791	09-07-2001	20	12	393 451,27		c)
CGD: 9015002272691	05-09-2001	20	12	248 894,28		c)
CGD: 0810000406091	07-09-2001	20	12	21 345,31		c)
CGD: 0810000410991	07-09-2001	20	12	36 796,24		c)
CCAM: 59040107226	15-05-2003	20	10	289 438,00		d)
CCAM: 56027276582	02-10-2003	20	10	75 553,69		e)
CGD: 9015004324391	03-09-2004	20	9	385 655,61	11	35 059,60
CGD: 9140013398391	11-05-2005	20	8	430 764,44		e)
CGD: 9015004579391	19-10-2005	20	7	182 575,29	13	14 044,25
IHRU: 2005.21.31.41.2.00.1	22-11-2005	25	7	227 968,66	18	12 664,93
CGD: 9015004926891	12-07-2006	20	7	322 546,53	13	24 811,27
CCAM: 56038257776	10-10-2006	10	7	93 135,22	3	b)
CCAM: 56038385217	04-12-2006	20	6	298 549,82	14	21 324,99
CCAM: 56047150047	06-06-2009	20	4	472 839,63	16	29 552,48
Subtotal				3 706 948,43		137 457,52
Caracterização do Empréstimo	Data Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato	capital utilizado	Anos do contrato	Amortização média	
CGD: 9015008494291	24-08-2016	20	500 000,00	20	25 000,00	
BPI: 5697269830001	14-01-2019	20	1 436 000,00	20	71 800,00	
BPI: 5697269830002	14-01-2019	8	244 500,00	8	30 562,50	
BEI ID: 324 - Req. Av. 20 junho	27-09-2019	10	16 986,33	10	1 698,63	
BEI ID: 128 - Ecovia Cávado Homem	27-09-2019	15	81 050,00	15	5 403,33	
BEI ID: 129 - R. Miguel Torga	27-09-2019	8	12 791,61	8	1 598,95	
BEI ID: 44 - Rede Pedonal 1	27-09-2019	15	28 092,22	15	1 872,81	
BEI ID: 226 - Parque Urbano	27-09-2019	11	19 935,25	11	1 812,30	
BEI ID: 4747 - Rede Pedonal 2	14-06-2021	15	201 998,64	15	13 466,58	
BEI ID: 4891 - Sala Polivalente	14-06-2021	15	61 915,01	15	4 127,67	
BEI ID: 4892 - C. M .P. Civil	14-06-2021	15	141 380,38	15	9 425,36	
BEI ID: 4923 - + EE Centro Cultural	15-07-2021	15	90 147,69	15	6 009,85	
CCAM: 56072526835	19-07-2021	20	1 750 000,00	20	87 500,00	
BEI ID: 5336 - Praia Fluvial Alqueirão	18-10-2022	15	19 814,78	15	1 320,99	
BEI ID: 5337 - Ancoradouro	18-10-2022	15	44 416,22	15	2 961,08	
BEI ID: 5338 – Esp. apoio à visitaçao	18-10-2022	12	20 158,52	12	1 679,88	
BEI ID: 5339 - Percorso de ligação a zonas de visitaçao	18-10-2022	15	28 212,27	15	1 880,82	
BEI ID: 5340 - Zona lazer Rio Homem	18-10-2022	10	11 207,54	10	1 120,75	
CCAM: 56079650605	19-08-2024	20		20	-	
Subtotal				4 708 606,46		269 241,49
Amortização Média de Empréstimos						406 699,01

- a) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2015
b) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2017
c) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2021
d) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2023
e) Empréstimo totalmente amortizado no ano de 2024

Anexo.2 – Subsídios e protocolos - Receita

Operação	Designação	Valor
PRR 14/C01-i01 - 4747	Requalificação edifício Rio Caldo – Extensão de Saúde de Rio Caldo	500 000,00
PRR C08-i02.04 - projeto nº 5253_2023	Sistema nacional de cadastro Predial - Dimensão Local Região Norte	47 087,60
PDR2020-10.2.1.1-FEADER-096905	Pomar de Pomoídeas de Variedades Regionais do Minho	14 784,38
INRH	1º Direito	23 616,00
0293_GERES_XURES_MAI_SUSTENTAVEL_1_P	GERES XURES MAIS SUSTENTAVEL	30 000,74
Acessibilidades 360º nº 2/C03-i02/2021 - 976	Instalação de Plataforma Vertical no edifício da Câmara Municipal	6 666,67
Acessibilidades 360º nº 2/C03-i02/2021 - 1003	Instalação de Plataforma Vertical na piscina Municipal	6 666,67
Acessibilidades 360º nº 2/C03-i02/2021 - 1010	Instalação de Plataforma Vertical no Pavilhão Municipal	6 666,67
NORTE-04-2114-FEDER-000660	Implementação da praia fluvial do Alqueirão	24 746,82
NORTE-03-1406-FEDER-000121	Rede pedonal estruturante e acessível de ligação às centralidades de Rio Caldo e Vilar da Veiga	57 607,61
NORTE-03-1406-FEDER-000081	Rede pedonal estruturante e acessível de ligação às centralidades de Rio Caldo e Vilar da Veiga	10 870,20
NORTE-03-1203-FEDER-000318	Mais eficiência energética em edifício Municipal -CVP de Moimenta	1 179,87
NORTE-03-1203-FEDER-000189	Mais Eficiência Energética no Centro Cultural	7 784,03
NORTE-06-3928-FEDER-000191	Percurso de ligação a zonas de visitação e lazer em Moimenta	15 506,61
NORTE-06-3928-FEDER-000167	Ancoradouro de Rio Caldo	24 838,12
NORTE-06-3928-FEDER-000169	Zona de Lazer do Rio Homem	6 735,74
NORTE-06-3928-FEDER-000171	Criação de espaços de apoio à visitação	22 052,15
NORTE-06-3928-FEDER-000140	Centro Interpretativo do Garrano	11 018,72
NORTE-06-3928-FEDER-000078	Terras de Enduro BTT	11 117,25
NORTE-06-3928-FEDER-000055	Centro literário do Gerês	3 079,37
NORTE-04-2114-FEDER-000026	Centro Municipal de proteção Civil	10 625,00
NORTE-04-2114-FEDER-000395	Ecovia do Cávado e Homem - Troço de Moimenta, Terras de Bouro	14 875,00

Operação	Designação	Valor
NORTE-04-2316-FEDER-000019	PARU - Sala Polivalente Municipal	37 312,18
NORTE-04-2316-FEDER-000194	PARU - Requalificação da Rua Miguel Torga	7 508,22
NORTE-04-2316-FEDER-000255	PARU - Requalificação da Av. 20 Junho	-7 080,17
NORTE-04-2316-FEDER-000222	PARU - Parque Verde Urbano de Moimenta	22 033,34
NORTE-08-57673-FEDER-000117	Requalificação da Escola EB 2/3 Rio Caldo	17 373,97
NORTE-08-57673-FEDER-000116	Requalificação da Escola EB Geres	14 749,24
P022817 - Turismo de Portugal	Ecovia do Cávado e Homem - Troço de Moimenta a Souto	104 803,41
NORTE-09-0550-FEDER-000113	Melhorar a eficiência interna do município com o reforço de utilização de aplicações TIC	9 789,43
NORTE-09-550-FEDER-000232	CMTB+Digital Cidadão+Interativo	21 541,73
NORTE-06-3928-FEDER-000139	Requalificação e Promoção da Via Romana (Geira)	2 121,49
NORTE-07-4230-FSE-000097	Cultura para todos	7 637,12
NORTE-08-5266-FSE-000128	TER+ Sucesso - Clubes de Ativação e Motivação de Competências	18 340,14
NORTE-08-5266-FSE-000083	Ter + Sucesso em Terras de Bouro - Equipa de Apoio ao Aluno e à Família	4 954,64
NORTE-02-0853-FEDER-000094	Minho Região Europeia da Gastronomia	1 038,80
NORTE-06-3928-FEDER-000019	Marketing, Comunicação e Internacionalização: Minho Turismo Design Experience	961,86
NORTE-06-3928-FEDER-000018	Touring Cultural Identidade Cultural Do Minho	881,53
TOTAL		1 121 492,15

Anexo.3 – Encargos com empréstimos

Entidade	Capital	Juros
Caixa Geral de Depósitos	86 754,45	17 378,16
Caixa de Crédito Agrícola	120 263,23	154 051,09
Banco BPI	121 958,86	53 590,44
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	13 429,01	1 395,50
BEI	25 463,76	25 924,19
TOTAL GERAL	367 869,31	252 339,38

Anexo.4 – Mapa plurianual de empréstimos

data do contrato	Finalidade	Entidade credora	Capital		Capital em dívida a 31/12/2024(*)	2025		Anos seguintes (*)					
			Contratado	Utilizado até 10/2024		Amortização	Capital em dívida	2026		2027		2028	
								Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida
03/09/2004	Requalificação Rua de Arnaçó/ TER EB 2,3 P.e Martins Capela/Centro - 9015004324391	CGD	582 283,00	582 283,00	19 513,42	19 513,42							
19/10/2005	Rede de Saneamento e de Abastecimento de água - 9015004579391	CGD	248 661,00	248 661,00	15 803,54	15 803,54							
22/11/2005	Construção de 12 fogos de habitação social	IHRU	297 507,00	296 790,41	88 899,31	13 429,01	75 470,30	13 429,01	62 041,29	13 429,01	48 612,28	13 429,01	35 183,27
12/07/2006	A Geira na Serra do Gerês / Plano Rodoviário Municipal - 9015004926891	CGD	411 699,00	411 699,00	51 170,65	25 121,71	26 048,94	26 048,94					
04/12/2006	Rede de Saneamento e de Abastecimento de água - 56038385217	CCAM	388 000,00	388 000,00	57 067,80	22 260,63	34 807,17	23 016,23	11 790,94	11 790,94			
06/06/2009	Centro Escolar do Vale do Homem e Pavilhão Gimnodesportivo - 56047150047	CCAM	500 000,00	500 000,00	154 958,67	28 676,45	126 282,22	29 825,39	96 456,83	30 959,79	65 497,04	32 137,35	33 359,69
24/08/2016	Conservação da Rede Viária /Redes de água e saneamento - 9015008494291	CGD	500 000,00	500 000,00	315 789,48	26 315,78	289 473,70	26 315,78	263 157,92	26 315,78	236 842,14	26 315,78	210 526,36
14/01/2019	Renovação do Parque de Máquinas e Viaturas - 5697269830002	BPI	250 000,00	244 500,00	87 321,48	34 928,56	52 392,92	34 928,56	17 464,36	17 464,36			
14/01/2019	Açude; Pavilhões; CM 1276; CM 1259 - 5697269830001	BPI	1 550 000,00	1 436 000,00	1 261 939,35	87 030,30	1 174 909,05	87 030,30	1 087 878,75	87 030,30	1 000 848,45	87 030,30	913 818,15
27/09/2019	Requalificação da Av. 20 de junho ID: 1456	AD & C	16 986,33	16 986,33	12 973,17	2 063,13	10 910,04	2 101,80	8 808,24	2 141,14	6 667,10	2 181,24	4 485,86
27/09/2019	Ecovia do Cávado e Homem - Troço de Moimenta ID: 1357	AD & C	81 050,00	81 050,00	70 806,08	5 167,21	65 638,87	5 389,76	60 249,11	5 621,89	54 627,22	5 864,03	48 763,19
27/09/2019	Parque Verde Urbano de Moimenta ID: 1430	AD & C	19 935,25	19 935,25	15 788,35	2 131,89	13 656,46	2 171,82	11 484,64	2 212,50	9 272,14	2 253,94	7 018,20
27/09/2019	Requalificação da Rua Miguel Torga ID: 1358	AD & C	12 791,61	12 791,61	8 684,99	2 111,18	6 573,81	2 150,72	4 423,09	2 191,00	2 232,09	2 232,09	
27/09/2019	Construção de Rede Pedonal - 1.ª Fase ID 1317	AD & C	28 092,22	28 092,22	23 391,47	1 941,28	21 450,19	1 991,71	19 458,48	2 043,46	17 415,02	2 096,54	15 318,48
14/06/2021	Construção da Rede Pedonal Rio Caldo Vilar da Veiga - 2.ª fase ID: 1690	AD & C	201 998,64	201 998,64	201 998,64		201 998,64	11 916,05	190 082,59	12 429,27	177 653,32	12 964,60	164 688,72
14/06/2021	Adaptação da sala Polivalente Municipal ID: 1702	AD & C	61 915,01	61 915,01	52 014,46	3 278,67	48 735,79	3 413,59	45 322,20	3 554,07	41 768,13	3 700,31	38 067,82
14/06/2021	Centro Municipal de Proteção Civil ID: 1703	AD & C	141 380,38	141 380,38	137 113,19	8 776,40	128 336,79	9 109,28	119 227,51	9 454,80	109 772,71	9 813,43	99 959,28
15/07/2021	Mais Eficiência Energética Centro Cultural de Terras de Bouro ID: 1723	AD & C	90 147,69	90 147,69	90 147,69		90 147,69	5 382,68	84 765,01	5 604,18	79 160,83	5 834,80	73 326,03
18/10/2022	Implementação da Praia Fluvial do Alqueirão ID: 1936	AD & C	29 722,17	19 814,78	19 814,78		19 814,78	1 386,36	18 428,42	1 408,04	17 020,38	1 430,07	15 590,31

data do contrato	Finalidade	Entidade credora	Capital		Capital em dívida a 31/12/2024(*)	2025		Anos seguintes (*)					
			Contratado	Utilizado até 10/2024		Amortização	Capital em dívida	2026		2027		2028	
								Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida	Amortização	Capital em dívida
18/10/2022	Ancoradouro Entre Pontes ID: 1937	AD & C	66 624,34	44 416,22	44 416,22		44 416,22	3 107,62	41 308,60	3 156,23	38 152,37	3 205,59	34 946,78
18/10/2022	Criação de espaços de apoio à visitação ID: 1938	AD & C	20 158,52	20 158,52	20 158,52		20 158,52	1 878,01	18 280,51	1 907,68	16 372,83	1 937,21	14 435,62
18/10/2022	Percurso de ligação a zonas de visitação e lazer em Moimenta ID: 1939	AD & C	28 212,27	28 212,27	28 212,27		28 212,27	1 973,89	26 238,38	2 004,76	24 233,62	2 036,12	22 197,50
18/10/2022	Zona de Lazer do Rio Homem ID: 1940	AD & C	16 811,32	11 207,54	11 207,54		11 207,54	1 326,04	9 881,50	1 346,78	8 534,72	1 367,84	7 166,88
19/07/2021	EM531 E CM1269 -/ CM Rio Caldo /EM 536 /Gogide /EM 205 - 56072526835	CCAM	1 920 000,00	1 750 000,00	1 681 993,21	69 326,15	1 612 667,06	73 607,88	1 539 059,18	76 587,64	1 462 471,54	79 688,04	1 382 783,50
19/08/2024	EM 531 - 2.Fase/ CM Rio Caldo / EN 308 (Desclassificada) - 56079650605	CCAM	1 950 000,00				1 950 000,00	37 851,56	1 912 148,44	77 934,14	1 834 214,30	81 006,38	1 753 207,92
Totais			9 413 975,75	7 136 039,87	4 471 184,28	367 875,31	6 053 308,97	405 352,98	5 647 955,99	396 587,76	5 251 368,23	376 524,67	4 874 843,56

(*) - Estimativa

Anexo.5 – Entidades participadas

Designação entidade	NIPC	Participação	
		%	Valor
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,282%	4.300,00
Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês - ADERE-PG	503361380	0,00%	0,00
BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503730947	2,40%	42.000,00
Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda.	504595067	9,80%	79.807,66
CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo	505214504	5,00%	3.500,00
ALIANÇA ARTESANAL - Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Lda.	502037067	12,50%	396,54
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	508779472	7,3%	11.773,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	0,00%	0,00
Águas do Norte, S.A.	509436595	0,169%	177.400,00
Agência de Energia do Cávado	509401848	7,39%	5.000,00
Fundo de Apoio Municipal	513319182	0,068%	283.662,00
Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave	503408077	0,00%	0,00

Anexo.6 – Responsabilidades contingentes

A) PROCESSOS JUDICIAIS

PROCESSO N.º 1

Número do processo judicial: 214/18.7BEBRG.

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Abílio dos Anjos da Silva Ribeiro.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 15.000,00 €, acrescida de juros de mora contados desde a data da citação (janeiro de 2018), com uma componente ilíquida de valor indeterminado, de risco baixo.

Objeto do litígio: Ação de responsabilidade civil por danos decorrentes de alegada demolição coerciva ilegal de edifício particular, que oferecia perigo para pessoas e bens. Foi proferida sentença em 22/11/2021 que absolveu totalmente o Município, a qual ainda não transitou em julgado. O Autor interpôs recurso jurisdicional, cuja apreciação se encontra pendente. Risco da ação baixo.

PROCESSO N.º 2

Número do processo judicial: 3958/19.2T8BRG.

Tribunal: Comarca de Braga – Juízo Central Cível de Braga.

Secção: Juiz 2.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Rosa Rodrigues Silva Martins e outros.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 409.150,70 €.

Objeto do litígio: Trata-se de ação de responsabilidade civil extracontratual emergente de acidente de viação do qual resultou a morte de Joaquim Vieira Martins, na parte não coberta pela vertente laboral, sobre a qual já sobreveio decisão judicial. Aguarda prolação de despacho saneador. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 3

Número do processo judicial: 2051/19.2 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: António Sérgio Lemos Correia e Sousa.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor pretende ver reconhecida a invalidade do despacho final que determinou a reposição coerciva da legalidade urbanística perante uma obra que se afastou dos termos do licenciamento. Aguarda prolação de despacho saneador. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 4

Número do processo judicial: 1229/20.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Soconcal – Sociedade Construtora do Cávado, S.A.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor pretende ver reconhecida a invalidade do despacho final que determinou a reposição coerciva da legalidade urbanística perante uma obra que se afastou dos termos do licenciamento. Foi proferido despacho saneador em 06/05/2021. Aguarda marcação de julgamento. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 5

Número do processo judicial: 893/22.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: IMEG, LDA.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 1.017.176,04 €, a que acresce componente ilíquida não determinável nesta fase.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora peticiona indemnização fundada em responsabilidade civil extracontratual do Município pela conduta do Município no processo de

obras n.º 133/2008 e, em especial, pela declaração de nulidade de ato de licenciamento de 27/05/2019. O risco da ação é médio.

PROCESSO N.º 6

Número do processo judicial: 1283/23.3 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Adelino Manuel da Silva Alves.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor peticiona a invalidade de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. O processo aguarda a prolação e despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 7

Número do processo judicial: 976/23.0 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Secção: UO.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: SONORGÁS – SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma. Está em causa a impugnação de taxas municipais de 895,50 € + 4.477,50 € + 12.268,37 €.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora discute a exigibilidade de taxas relativas a construções especiais no solo ou subsolo e de ocupação da via pública, relacionado com condutas de gás. O processo aguarda a prolação de sentença. O nível de risco é médio.

PROCESSO N.º 8

Número do processo judicial: 133/24.8BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: Unidade Orgânica 3.

Posição processual do Município: Exequente.

Identificação da contraparte: SONORGÁS – SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma. Está em causa a oposição à execução de taxas municipais de 895,50 € + 4.477,50 € + 12.268,37 €.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora se opôs á execução movida pelo Município, relativa às taxas a que se refere o processo precedente, onde se discute a exigibilidade de taxas relativas a construções especiais no solo ou subsolo e de ocupação da via pública, relacionado com condutas de gás. O processo aguarda a prolação de sentença. O nível de risco é médio.

PROCESSO N.º 9

Número do processo judicial: 1287/24.9BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: Unidade Orgânica 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: FERNANDES & FERNANDES, LDA

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 133.653,72 €, acrescidos de juros à taxa legal e custas judiciais.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora pretende o pagamento de revisão de preços em empreitada de obra pública, aplicando fórmula que o Município entende indevida. O risco da ação é alto, para um valor parcial (86.063,73 € + 7.333,42 €).

PROCESSO N.º 10

Número do processo judicial: 1564/24.9 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que o Autor peticiona a invalidade de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. O processo aguarda a prolação de despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 11

Número do processo judicial: 1591/24.6 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Réu.

Identificação da contraparte: A.J. Martins & Filhos, Lda.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de ação em que a Autora peticiona a invalidade de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. O processo aguarda a prolação de despacho saneador. O risco da ação é baixo.

PROCESSO N.º 12

Número do processo judicial: 1713/24.7 BEBRG.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Secção: UO 1.

Posição processual do Município: Requerido.

Identificação da contraparte: António José da Rocha Duarte.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: Nenhuma.

Objeto do litígio: Trata-se de providência cautelar, em que o Requerente peticiona a suspensão de eficácia de despacho que ordena a demolição de edificação e reposição do local no estado anterior. A sentença proferida em primeira instância julgou a providência cautelar improcedente. Encontra-se a correr prazo para eventual recurso da Contraparte.

B) PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO

PROCESSO N.º 1

Número do processo administrativo: 42/2013/ARHN.

Natureza do processo: contraordenação ambiental.

Entidade autuante: Agência Portuguesa do Ambiente.

Posição processual do Município: Arguido.

Factos imputados: Depósito de inertes perto de linha de água.

Valor da potencial responsabilidade a cargo do Município: 48.000,00 €, enquanto valor máximo da coima, de baixa probabilidade de ocorrência. Aguarda decisão final, sendo plausível que venha a ser declarada a prescrição.

Encerramento

O presente Relatório do Orçamento que integra os **DOCUMENTOS PREVISIONAIS** para o ano de 2025, que se contêm em 53 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foram aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada em 22 de novembro de 2024.

O Presidente,

(Manuel João Sampaio Tibo)

Os Vereadores,

(Adelino Silva Cunha)

(Ana Genoveva Silva Araújo)

(Isménia Maria Gomes Loureiro)

(António Manuel Cunha Martins)

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente Relatório do Orçamento que integra os **DOCUMENTOS PREVISIONAIS** para o ano de 2025, que se contêm em 53 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, mereceram aprovação da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, em sua sessão ordinária do dia 26 de novembro de 2024.

O Presidente,

(Augusto Manuel Martins Braga)

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

(José Carlos Rocha Dias)

(Elisa Lameira Antunes)



Terras de Bouro

**CÂMARA MUNICIPAL
TERRAS DE BOURO**

Praça do Município
4840-100 Terras de Bouro
T. (+351) 253 350 010
www.cm-terrasdebouro.pt
geral@cm-terrasdebouro.pt

TERRAS DE BOURO
CM-TERRASDEBOURO.PT

